



JUSTIÇA E NÃO VIOLÊNCIA

ÓRGÃO INFORMATIVO DO SERPAJ/BRASIL

DIAGNÓSTICO CONJUNTURAL DOS DIREITOS HUMANOS NO BRASIL

No dia 13 de maio de 1996 por ocasião das comemorações da Lei da Abolição da escravidão no Brasil, o Presidente da República, lançou, oficialmente, o inédito **Programa Nacional de Direitos Humanos**, consistindo num conjunto intencional de medidas a serem implementadas a curto, médio e longo prazo. Com esse gesto, o Governo Federal brasileiro assume a existência da prática de violação aos Direitos Humanos, a partir da recuperação

dos diagnósticos produzidos por iniciativa de organizações de intermediação e apoio popular, e se propõe a intervir, em parceria com essas e outras entidades da sociedade civil, para coibir tais violações e promover os Direitos Humanos no Brasil.

A violência criminalizada, explícita e implícita, continua sendo repudiada pela sociedade brasileira. Mas, sua repercussão pouco tem contribuído para modificação do quadro de marginalização social no campo e na cidade. Senão vejamos:

"O PIB brasileiro, em 1994 alcançou a cifra de US\$ 565 bilhões, resultado de uma política de privatização de empresas estatais, da flexibilização das normas de trabalho, da remoção de obstáculos à competição, da exportação de café, soja, têxteis, couro etc.. Mas, continuam as grandes disparidades em relação a distribuição de renda. Ou seja, 1/5 mais pobre da população ganha apenas 2% da renda nacional enquanto 1/10 mais rico ganha 51%.

continua à pág. 3

**TRIBUNAL POPULAR DOS
MASSACRES DE CURUMBIARA
E ELDORADO
DOS CARAJÁS**

Pág. 8

**GANHADORES E
PERDEDORES**

Págs. 6 e 7

**DECLARAÇÃO DE
UM OBJETO**

Págs. 4 e 5





No dia 10 de dezembro comemorou-se o Dia Internacional da Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Declaração esta que cita no seu art. 1º "Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos e, dotados que são de razão e consciência, devem comportar-se fraternalmente uns com os outros". Este artigo perde sua validade exatamente no momento em que o homem, julgando-se inteligente e dotado de razão e consciência, começa a agir conforme princípios e interesses particulares, desrespeitando e subestimando as pessoas que vivem ao seu redor. Os direitos são muito amplos, assim como falar em consciência, pois cada pessoa segue ou cria os seus próprios princípios, vivendo a sua "liberdade" sem se interessar em ver quando ela acaba e começa a do outro. Todos querem viver os seus direitos egoisticamente, solitariamente.

Apesar de a Declaração prever em seu primeiro artigo de que há um direito universal reconhecido pela maioria das nações, há igualmente, pessoas contrárias a esta concepção. Isto está demonstrado nas diversas manifestações de violência e desrespeito à vida presentes no cotidiano da humanidade. As práticas comuns de preconceito, superstição, violência, falso moralismo, autoritarismo, sexismo, etc, deixam claro o não cumprimento da Declaração.

Há um longo caminho a ser trilhado até que a humanidade possa sustentar a bandeira da convivência pacífica e pluralista, e isto só será possível a partir do momento em que forem realizadas mais atividades educativas com este objetivo. Um exemplo disto, é a declaração contrária à guerra e ao treinamento para ela, que muitos jovens assumem hoje ao negarem a prestação do serviço militar obrigatório.

EXPEDIENTE

•Elaboração:

Ângela Stanguerlin

•Revisão jornalística:

Ieda Cavalcanti

• Tradução

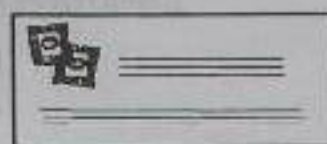
Ângela Stanguerlin

•Ilustração:

Lisarb

•Editoração Eletrônica:

Cooperat (Alexandre)



Cartas

O QUE É O NATAL



Um homem moço desempregado
com uma modesta família
que para este ter o alimento
nesta época do ano
cobre-se com uma máscara,
com barbas e cabelos sintéticos,
veste-se de vermelho, põe sapatos pretos
e usa como acessório
um saco nas costas e um sino na mão.
Vai para alguma esquina ou porta de loja
vencer sonhos, encantos
chega até a fantasia: uma vida melhor.
No final da jornada
vê-se despido, desesperado.
E o sonho que antes vendera
agora tornou-se pesadelo
numa vida pouco justa.
No outro dia cedo, volta para sua jornada
e ainda na veemência de seu ser
deseja um FELIZ NATAL!
(Meiriane Moreira)



EQS Quadra 102/103
Centro São Francisco Loja 32
Fones: (061) 226 3116 e 226 2091
E-mail: cooperat@adsl.com.br

DIAGNÓSTICO CONJUNTURAL DOS DIREITOS HUMANOS NO BRASIL

O Poder Judiciário continua sendo um dos principais obstáculos à realização da justiça social. É lento e não confiável na defesa dos interesses da maioria da população, mantendo-a sem acesso aos benefícios do Estado de Direito.

De acordo com o senso penitenciário governamental de 1995, estão encarcerados 129.769 pessoas numa área projetada para 59.954 e a tortura é o principal instrumento de investigação de delitos utilizada pela polícia brasileira e banalizada na sociedade. A Polícia Militar, na maioria dos Estados, se confunde com os agentes delinquentes, praticando abusos e violações contra cidadãos comuns o que gera uma desconfiança permanente da população que deveria ser beneficiada por sua ação e os assassinatos extrajudiciais, praticados por grupos de extermínio, inclusive com a participação de policiais, continuam sendo um grave problema a ser superado. Não existe estatística confiável sobre o número de mortes e ou desaparecidas nestas circunstâncias. Portanto, chacinas, massacres, assassinato de testemunhas etc. estão incontroladas em todo território brasileiro. (Fonte: Departamento de Estado dos EUA - Relatório sobre práticas de Direitos Humanos no Brasil)

A situação da infância e da adolescência é preocupante. Cresce o número de crianças vivendo pelas ruas e a principal política de tratamento desse problema é repressiva. O Governo e Sociedade investiram em instituições que privilegiam os casos de atos infracionais praticados por crianças, não considerando a violência - maus tratos - sofrida



por elas, na sua maioria, de autoria de adultos, mesmo instituindo o Estatuto da Criança e do Adolescente, um dos diplomas jurídicos mais avançado do mundo. A exploração e o turismo sexual tem vitimado milhares de crianças, originando instalações de Comissões Parlamentares de Inquérito - CPIs e uma Campanha Nacional Contra a Exploração e Turismo Sexual de Crianças e Adolescentes, envolvendo entidades nacionais e internacionais. O Narcotráfico é cada vez mais influente nas grandes metrópoles, ampliando o número de dependentes da droga ilegal, química e economicamente. Por ser uma atividade anti-jurídica, a preservação do seu comércio é feita pela imposição da força armada narcotraficante, capaz de transformar bairros populares em guetos subservientes.

O déficit habitacional, o desemprego nas cidades etc. contribuem para o aumento de famílias "abrigadas" sob pontes, viadutos e estimulam ocupações de áreas urbanas, sempre resultando em conflitos violentos entre

ocupantes e defensores dos proprietários. Os conflitos rurais em disputa de terra durante o ano de 1995 totalizaram 554, envolvendo 381.086 pessoas. Destes resultaram 41 assassinatos de trabalhadores rurais, grande parte, lideranças comunitárias; 43 tentativas de assassinato; 155 ameaças de morte; 72 pessoas torturadas física e psicologicamente; 2.010 agredidos fisicamente; 57 prisões e 11 lesões corporais graves. (Fonte: Documento Conflitos no Campo Brasil 95 - Comissão Pastoral da Terra)

O trabalho escravo é uma prática de grandes empresas, latifundiários, carvoarias etc.. Em 1995 foram registradas 26.047 pessoas em regime de trabalho forçado. Em todos os casos foram identificados os intermediários e os proprietários dos estabelecimentos envolvidos nessa modalidade de exploração humana, mas não aconteceu nenhuma punição exemplar. (Fonte: Documento Conflitos no Campo Brasil 95 - Comissão Pastoral da Terra).

Nesta conjuntura se inserem o MNDH, o SFRPAJ, entre outras entidades, com a responsabilidade de produzir instrumentos e construir propostas capazes de modificar o atual quadro social, apoiando iniciativas governamentais consequentes e investindo em parcerias, públicas e privadas para por fim às alarmantes violações aos Direitos Humanos.

Salvino José dos Santos Medeiros
Secretário Geral do MNDH



DECLARAÇÃO DE UM OBJETOR

Lúcio Lopes Ribeiro, 18 anos, participa do Movimento Punk e Anarquista, tem como filosofia política o anarquismo e acredita na convivência coletiva, na auto-gestão e luta para que todas as fronteiras sejam derrubadas.

JNV - O que significa Objeção de Consciência para você?

Lúcio - Objeção de Consciência significa uma reviravolta total na minha vida, uma tomada de consciência muito grande, eu já tive princípios nacionalistas. A O.C. serviu para eu tomar mais rumo na vida, saca, tentar buscar mais conscientização sobre a questão humanista, a não-violência, que eu acho, que tem que ser bastante discutida. Principalmente, nesta sociedade que a gente está vivendo agora, se vale a pena ou não você ser pacifista. Meus princípios são pacifistas, mas eu não sei se vou agüentar durante muito tempo, porque você sai na rua tem repressão militar, repressão familiar, de todos os lados vem uma agressão. Você não pode ficar calado todo o tempo, o movimento punk está aí até para isso.

JNV - Você não teria outra alternativa para não servir ao exército?

Lúcio - Teria. Eu tenho um problema físico, tenho até a carteira do Hospital Sara, onde fazia tratamento. Eu até tentei no início,

mas desisti. A opção pela O.C. é uma questão de ideologia política, não por ser anarco-punk, mas também uma questão de humanismo. O militarismo gera a maioria das outras energias quânticas, como o medo de repressão e o racismo. Mas não é só o racismo, tem a xenofobia e principalmente a agressividade. Você é colocado dentro do quartel para aprender a obedecer, a matar, o que é totalmente contra os meus princípios. Eu acho que não seria necessário esses meios, criar a "paz" por meio da guerra, pois isso ninguém vai conseguir, porque violência gera violência.

JNV - O que fala a Lei sobre O.C.?

Lúcio - A Lei para mim não interessa muito, saca. Se na lei tem um parágrafo que fala sobre o Objeto de Consciência, não me interessa, tem é que ser anarquista. Essas leis para mim não tem peso nenhum. O que vale é que o jovem que não quer servir o exército tem a opção ao Serviço Alternativo, que é um serviço prestado para a sociedade como tapar buracos, trabalhar em hospitais. O jovem que não quer nem o Serviço Alternativo tem a opção da objeção total, mesmo com a perda dos direitos civis por dois anos. É a morte civil, e já estamos mortos a muito tempo. A repressão que a gente vive no dia a dia já matou a gente muito mais do que ficar sem identidade por dois anos. Sem documentos só vamos levar umas porradas a mais, com certeza. Vou ser mais um cara sem documentos, sem rosto.

JNV - Conta como foi quando você se apresentou?

Lúcio - Olha, eu me senti bastante reprimido. Eu fiquei com medo quando cheguei lá. Foi o meu primeiro contato com militar, saca, eu não tenho muita afinidade com militares e um pouco de medo. Até um medo bobo, por que até aquele momento eles não poderiam fazer nada comigo. Aquelos esquemas de seleção totalmente idiota, o pessoal muito agressivo, autoritário. Você chega lá já sente o clima de tensão, principalmente porque eu não me amarro muito em armas, não gosto de armas. Chega lá já vê aquele monte de homens fardados, andando de um lado para o outro, é muito estranho. No decorrer da conversa um deles que perguntou "Você sabe o que é objeção de consciência?" Sei, falei para ele, e a gente começou a conversar. Nisso já tinha uns quatro ou cinco militares lá dentro, tinha uns dois de patente mais elevada. Já começaram com pressão, muita pressão psicológica, entendeu. O que eles fazem é não deixar você falar. Fui até desprezado, sabe, porque eles queriam colocar pra mim o lado que eles querem que seja bom, a verdade deles. O mundo deles é separado, totalmente diferente, a alienação é perpétua, produzindo humilhação. Essa coisa de você estar naquele mesmo esquema, treinando para a guerra. Você vê uma repressão dessas, igual a repressão do dia a dia, principalmente o jovem que tenta ver a verdade e procura outro caminho, não sendo o caminho de

alienação total, que nem a maioria dos moleques que tem por aí, tu já sofre a repressão. Cheguei pra eles e falei que eu tenho os meus direitos, está previsto na lei, no art. 145, que diz que se houver objeção ele deve ser respeitado. O cara chegou pra mim e falou "o negócio é o seguinte, as leis do senado são as leis do senado, aqui dentro não vale nenhuma lei, aqui dentro quem coloca as leis somos nós". O cara falou pra mim "você tá sendo manipulado, você tá sendo induzido a fazer isto". Falei que se eu estou procurando, se cheguei aqui pra falar um negócio desses, você acha que

estou sendo induzido, teria que ser uma pessoa muito hipócrita, muito idiota mesmo. Foi isso mais ou menos a conversa. Fiquei muito puta foi com aquela frase célebre deles "se você não serve pro exército, não serve pro Estado, se você não serve pro militarismo, não serve pra sociedade, você é um inútil", achei super repressor.

JNV - Qual foi a reação deles?

Lúcio - Eles ficaram assustados, cara. Antes de eu entrar na sala um deles falou "mas que diabos é isso O.C., manda esse cara entrar". Até você chegar no quartel e falar que você é objeção, é difícil, porque você vê essa maioria dos jovens hoje em dia, jovem o caralho, esses idiotas, todos alienados, porque se eles não quiserem servir eles falam com seus pais, e esses arrumam um lance e

eles saiam direto, sem nenhuma cultura política. Nós vivemos, assim, de berço cara, nós somos os filhos da ditadura, do silêncio. Nossos pais são calados, quantas histórias eles tem para contar, mas com tanto medo da repressão que eles sofreram naquele tempo, são poucos os que tem coragem de



avancar um pouco e falar alguma coisa para os seus filhos e mesmo assim, o meio que o moleque vive ele está tão alienado que não vai nem escutar, só vai tomar como uma lição de moral.

JNV - Qual a mensagem que você deixa para os jovens da sua idade?

Lúcio - Cara, primeiro tomar consciência, ver que isto aqui não é um "showzinho" de música baiana, entendeu, ver que isso aqui que a gente está vivendo agora é uma realidade, uma realidade muito pesada, saca, uma coisa assim que se não tomar consciência a gente vai se foder, não adianta pensar que só o pobre vai se foder, saca, eles também. A gente não vive num circo, num mundo de fantasia, que nem eles pensam, que é assistir a tv,

as novelas pensar que está tudo bem, saca as meninas tudo bonitinha, e aí aqueles molequinhos falando papos bem burgueses, bem idiota mesmo, que dá até ódio de falar isso, mas é real saca, quando um jovem chega assim pra falar com outro "pô meu irmão peguei altas meninas, saca, comi altas meninas, muito massa o show", e as meninas se amarrando também. Eu acho que isto é o cúmulo da decadência, entendeu, acho que a gente está num ponto onde ser humano toma consciência a partir de agora ou o mundo vai ser de caos. Senão tomar consciência, não começar a lutar, não começar a perceber as coisas

por si mesmo e não correr atrás vai tudo se foder. Para os que vão se alistar, eu acho o seguinte, a O.C. é uma boa saída, não saída de fugir do serviço militar, mas é muito mais profundo, porque a objeção militar é a mais viável agora, porque a objeção total é mais difícil e leva mais tempo, tem que ser mais estudada, mais calculada até, e individual, cada um com a sua concepção, não adianta seguir no papel. Se quiser se informar o que é O.C., se estiver afim de lutar por uma causa massa, uma causa legal, procura se informar mais e não discriminar tanto as outras pessoas que estão em volta e, se quiser servir que se foda, vai ser mais um escaravo, um defensor dessa porra. E a outra mensagem que é legal deixar é que a menor jaula do mundo é a farda, só cabe um animal dentro.

GANHADORES E PERDEDORES

A legitimação da violência e da injustiça social conta com um elemento nem sempre muito claro, mas com certeza absoluta, marcante e presente no dia-a-dia de cada cidadão. Trata-se de uma prática comum a todos, a competição. O eixo de fortalecimento do sistema capitalista neoliberal está exatamente na existência de uma série de regras que definem o comportamento das pessoas, baseado na luta permanente entre os melhores e os piores, entre os que tiveram "sorte e azar" na vida. Uns caminham pela vida de cabeça erguida por serem possuidores de bens e vitórias, já outros, andam de cabeça baixa por serem eternos perdedores.

A ordem cultural dominante encontra-se solidamente afirmada nas atitudes, nos pensamentos, na vida emocional e sexual, no trabalho, na religião e em nossos jogos esportivos. Fusa a competição como elemento propulsor das relações sociais e de poder, podendo completamente a liberdade e a felicidade individual e coletiva. Pessoas vivendo cotidianamente com esta imposição cultural encontram dificuldades para reagir à violência política e social e não conseguem exigir direitos, acostumando-se a "receber favores". A competição é uma relação de dominação e de violência, aonde os fortes destroem os fracos.

A competição cria, assim, dois grupos sociais: os ganhadores e os perdedores. O ganhador se impõe à custa dos demais, é o melhor, o máximo. Porém também significa o pior porque normalmente necessita utilizar-se de atos como manipulação, falcatrias e mentiras. O perdedor, por sua vez, tendo internalizado e legitimado a injustiça e o abuso, aceita sua condição de



perdedor porque há sempre a esperança de algum dia ser um vencedor. Esta dualidade da vida social reflete não somente a dominação, mas também o fatalismo diante da opressão, que inviabiliza qualquer tipo de mudança.

Fala-se de uma competição sadia a nível de esportes, o que pode até ser, aparentemente. Contudo, a idéia prevalece em outros níveis como justificação do poder político, do poder econômico, da exploração, das empresas multinacionais. Nestes espaços prevalecem o abuso de poder, de autoridade e, infelizmente, a obediência e submissão de quem perdeu para com quem venceu. O importante é ganhar a qualquer preço, segundo a própria prática esportiva.

O ser humano tem capacidade para demonstrar diversos comportamentos. Pode ser agressivo ou não agressivo; competitivo ou cooperativo; construtivo ou destrutivo; justo ou injusto. Depende unicamente do meio em que vive, da cultura que desenvolve e dos valores que perpetua e pratica. É fruto do processo de socialização e educação que recebe.

O empobrecimento das relações humanas, impostas pela cultura dominante, é o resultado das razões sociais que levam à competição. Intuitivamente as pessoas buscam superar uma às outras na lógica do "ganhar ou perder", do "dar-se bem na vida". É o estágio intuitivo de desenvolvimento social que inviabiliza a cooperação, a colaboração e o operar em conjunto.

A criação de grupos para a prática de jogos cooperativos acelera a autonomia e constrói estruturas sociais para a liberdade, liberdade de agir em grupo e fugir das neuroses da vida individual e ou familiar.

Portanto, para estimular a prática da solidariedade e da cooperação é preciso que toda atividade educativa, ou até mesmo aquela atividade social cotidiana que não tenha como objetivo inicial/intencional educar, utilize jogos ou dinâmicas não competitivos.

É na utilização de jogos e dinâmicas cooperativas que o educador popular qualificará sua ação e conquistará a velha bandeira levantada por Paulo Freire, o diálogo horizontal.

Nos jogos cooperativos as pessoas são mais sensíveis aos pedidos de ajuda de terceiros, ajudam-se mutuamente, aumentam a produtividade e a criatividade, existe maior manifestação de amizade e traz resultados positivos sobre todos os que fazem parte de processos cooperativos. Seja no campo da educação popular, seja no campo do trabalho coletivo.

Ademais, os jogos e dinâmicas cooperativos desenvolvem nas pessoas o senso crítico frente às situações injustas vivenciadas no cotidiano. Liberta da prática de eliminação e exclusão, que trazem intrínsecos a auto-desvalorização pessoal. Liberta para a criatividade,

pois esta somente existe quando houver a participação de todos, sem regras rígidas e autoritárias, com flexibilidade para a aceitação da realidade de cada pessoa ou grupo social. Liberta da agressão física do tipo destrutivo, que no caso da concepção de "ganhador" está sempre voltada contra os demais, contra o outro.

Nos jogos cooperativos as pessoas aprendem a superar desafios

e obstáculos e não a superar os outros. Há metas coletivas e não individuais e buscam, essencialmente, desenvolver as atitudes de empatia, de cooperação, de auto-estima e de comunicação.

Finalmente, com os jogos cooperativos eliminamos os "ganhadores e perdedores" e valorizamos o ser humano, sem exceção. O resultado final, do ponto de vista do ganhador, não tem

validade, pois o que vale é o processo participativo e construtivo.

** Norberto Chemin
* Referente Nacional de Direitos Humanos
para a América Latina*

BIBLIOGRAFIA

BROWN, Guillermo. *QUÉ TAL SI JUGAMOS...* Publicaciones Populares, Caracas, Venezuela.



VIOLÊNCIA CONTRA OS INDÍGENAS

A complexidade da questão indígena no Brasil e os atuais problemas vivenciados como o suicídio, a prostituição, o alcoolismo são decorrentes da falta de política assistencial do governo e da falta de seriedade e compromisso na demarcação de suas terras.

Os índios no Brasil são tratados com total desrespeito, seus direitos constitucionais violados e suas terras sendo invadidas por garimpeiros e grileiros. O governo FHC, logo no início de sua gestão, deu uma prova de que sua política seria mais favorável aos grupos antiindígenas ao editar o Decreto 1775/96, que favorece o questionamento dos

limites das terras e a interferência desses grupos na demarcação. A falta de terra leva o índio ao desespero e até mesmo a dúvida em relação à sua identidade, pois sem terra ou com pouca terra o mesmo não tem como vivenciar os seus costumes. Sem a caça e a pesca e outras alternativas, os povos indígenas acabam sendo submeridos aos costumes dos brancos, deixando de lado a sua sabedoria tradicional.

O governo brasileiro tem que parar de tratar os índios como invasores das terras brasileiras ou estrangeiros, e resguardar os direitos originários dos índios sobre as terras que tradicionalmente ocupam. Estes problemas precisam ser resolvidos

rápida e adequadamente, pois senão continuamos fazendo campanhas de preservação ao meio ambiente e aos animais que estão em extinção, não desmorcendo a importância destas campanhas, e esquecemos de respeitar e dar o direito à vida àquele que sempre respeitou e preservou todas as coisas vivas da terra.

"Não adianta os índios se amarem e verem os filhos nascer, se eles não têm a mãe-terra para abrigá-los, ensiná-los a plantar e adorar ao Deus Tupã. Como pode Tupã esquentar o chão que não existe mais?" (Marta Silva Guarani - Revista Sem Fronteiras, nº 244)

Ângela Stanguerlin Chemin

TRIBUNAL INTERNACIONAL PARA JULGAMENTO DOS MASSACRES DE ELDORADO DOS CARAJÁS E CORUMBIARA

Aconteceu o Tribunal Internacional para julgamento dos Massacres de Corumbiara, ocorrido em 09 de agosto do ano passado, no Estado de Rondônia (10 mortos), e Eldorado dos Carajás, em 17 de abril passado, no Estado do Pará (10 mortos), em Brasília, no dia 28 de dezembro. Este ato simbólico, mas com enorme responsabilidade de apresentar os fatos verídicos para a sociedade, contou com a participação de personalidades nacionais e internacionais no seu corpo de jurados como o antropólogo Alfredo Wagner, a senadora Marina Silva, o bispo Orlando Dotti, presidente da Comissão Pastoral da Terra, Dr. Phillippe Texier, Juiz da Corte de Cassação da França e Perito Oficial na Comissão de Direitos Humanos da ONU, o escritor português José Saramago, Dr. André Jacques, membro do Conselho Mundial das Igrejas, Rabino Henry Sobell representante da Igreja Israelita no Brasil, Hermam de Assis Baeta, Presidente do Instituto dos Advogados Brasileiros e o pastor Jayme Wright, da Igreja

Presbiteriana e um dos fundadores do SERPAJ.

Na produção de provas foram utilizados vídeos, fotos, slides e também foi fundamental o depoimento

prova de que houve execução" (declaração feita ao Correio Brasileiro 29/11/96).

O julgamento durou aproximadamente 7 horas e no final foi co-

nhecida a total condenação de todos os jurados aos Estados e governantes do Pará, de Rondônia e do governo federal pela sua incapacidade de resolver os conflitos fundiários, permitindo que a polícia militar resso vesse com sua forma já conhecida de desrespeito à pessoa humana, e neste caso defendendo o interesse de poucos latifundiários.

A impunidade dos assassinos com certeza não

irá terminar com este ato simbólico, porém temos certeza de que a sociedade civil e também os órgãos e autoridades responsáveis pela punição saberão que as famílias dos mortos desses massacres não estão sozinhas e que esta barbárie não será esquecida pois as entidades que defendem os direitos humanos estarão sempre em alerta em relação aos crimes cometidos pelo Estado ou por suas forças de repressão.

Ângela Stanguerlin Chemin



mento das testemunhas do massacre, como o sobrevivente do massacre de Eldorado Moacir Camargo Ferreira, a jornalista Marisa Romão, da TV Liberal/PA, e o médico Legista da Universidade Federal do Rio de Janeiro, que foi enviado a pedido da Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados, Dr. Nelson Massini. Este apresentou fotos dos cadáveres com disparos a queima roupa, na nuca, na cabeça e no coração, diante destas provas afirmou "Isso já é uma

SERPAJ/BRASIL



SERVIÇO PAZ E JUSTIÇA

SERPAJ/BRASIL

SDS - Ed. Venâncio V

Sala 313

CEP: 70393-900 Brasília/DF

Fone-fax: (061) 225 8738 e

(061) 321 6533

O SERPAJ/BRASIL é membro do SERPAJ/América Latina Organismo consultivo da ONU, Status II do Conselho Econômico e Social (ECOSOC) e mantém relações com a UNESCO (Categoria C).

Auspiciado pela UNIÃO EUROPÉIA

IMPRESSO